

ANC  
0804

# A tarefa maior

CORREIO BRAZILIENSE

24 MAR 1987

Embora sob a ameaça de uma questão irrelevante, diante da enormidade da obra que terá diante de si, para elaborar a nova Carta Magna, a Assembléia Nacional Constituinte deverá constituir as diversas comissões para, afinal, iniciar os seus trabalhos. O problema menor do "acordo" sobre a primeira Vice-Presidência não deverá prevalecer. E não é sem tempo.

Já estamos praticamente com o mês de março vencido. Abril, por isso mesmo, deverá marcar o início do grande debate sobre como, porque, para que, onde e quando a Nação encontrará as regras básicas para se conduzir diante dos grandes desafios que estão em aberto, em busca do ordenamento e implementação do desenvolvimento social e econômico do Brasil, com vistas ao ingresso do País no terceiro milênio em condições auto-sustentadas. Independente, soberano, livre e identificado com suas origens nas definições de seu futuro.

Vamos alcançar um estágio de intensa mobilização da opinião pública, ao terem lugar os grandes debates em torno dos problemas fundamentais do País. No plenário da Constituinte, voltados para os parlamentares, quer individual, quer coletivamente, vão atuar sob todas as formas — disfarçada ou ostensivamente — titulares de interesses das mais variadas procedências, com a finalidade de definir posições e conciliar objetivos a serem incorporados à lei básica.

Toda uma poderosa artilharia está com suas alças de mira ajustadas sobre o Congresso Nacional. As investidas do lobby serão de todos os calibres e a diversificação do arsenal vai comportar toda uma complexa e diversificada linha de armamentos. Desde os convencionais até os mais sofisticados.

Tais mecanismos fazem parte

do processo de formação da opinião pública, constituindo-se num dos fundamentos das liberdades democráticas a controvérsia, a diversificação das fontes de informação com vistas à ampliação do leque de opções para a tomada de decisão final. O importante é que cada cidadão tenha consciência da relevância da elaboração de uma nova Carta Magna e busque levar até aqueles que a viabilizam as sugestões que julgar cabíveis e oportunas.

O País, por tais razões, ansia pela próxima etapa dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte e se impacienta ante os questionamentos menores que, pela sua desvalia, levam a julgamentos, muitos deles injustos, a qualidade dos trabalhos dos constituintes. De início tivemos as querelas relacionadas com o funcionamento normal das duas Casas do Congresso, em paralelo com a Constituinte. Depois de superado esse problema e o que lhe seguiu relativo à soberania do Poder Constituinte, estamos agora diante de um outro, também de escassa relevância e ligado a interesses menores da Aliança Democrática, relacionado com o cargo de primeiro Vice-Presidente. Não será surpresa se os parlamentares se entregarem a um torneio de lana caprina para em seguida — passada a refrega onde todos serão preservados — se definirem pelo início dos trabalhos constituintes.

Os graus de excitação da sociedade estão alcançando níveis superiores, não apenas em razão de posicionamentos isolados mas, sobretudo, diante das angústias que a opinião pública inscreveu ex-officio como sendo de urgências nacionais.

Um breve alinhamento de problemas define com muita clareza os principais itens das agendas das diversas Comissões em que se

dividirá a Constituinte para efeito de disciplina dos trabalhos.

A reforma tributária se destaca entre os temas de maior empatia, com uma dimensão extraordinária e uma ressonância sobre uma pauta onde as prioridades se atropelam numa pressa que a opinião pública acompanha com viva preocupação. Isto porque os graus de precedência que uns apresentam sobre os demais formam uma hierarquia cujos montantes definidores se ligam ao social, ao político e ao econômico. Vale dizer que os nivelamentos não são iguais, dada uma escala de valores cuja medida depende do enfoque, dos meios e dos fins buscados.

O universo do texto constitucional terá que ser revisto, atualizado e condicionado aos princípios e destinos da Nova República, percorrendo todos os títulos, capítulos e seções onde serão inscritas as bases de nossa carta de princípios. Da organização nacional, da União, dos estados, dos municípios, do Distrito Federal e dos territórios. Do sistema tributário. Do Legislativo, do Executivo e do Judiciário. Da declaração dos direitos, da nacionalidade, dos direitos políticos e dos partidos. Dos direitos e garantias individuais. Da ordem econômica e social, da família, da educação e da cultura.

Um cadastro completo envolvendo a soberania, a independência e a sociedade em toda a sua complexa ordenação. O País e a Nação, no seu código-síntese, onde os bens e valores que dão substância à nacionalidade, à cidadania, a direitos e a deveres para organizar e dar conteúdo à sociologia, à economia, à política, às ciências e às artes e manter a identidade nacional com as conquistas permanentes que lastreiam o nosso passado e fazem coerente a nossa História.